

# Miguel Cardina

## Manual de autodefesa intelectual

É um livro que pretende 'desmontar' o discurso ideológico dominante em tempos de neoliberalismo e austeridade, através de textos de 18 autores sobre outros tantos "mitos do senso comum". Ouvimos um dos coordenadores do volume, sobre o qual escreve outro universitário e investigador



Miguel Cardina "Quisemos mostrar que as 'verdades' que nos são apresentadas como inevitáveis não o são, e muitas vezes são baseadas em premissas falsas"

Carolina Freitas

# U

Um "argumentário" que pretende questionar e desmontar um conjunto de ideias ligadas à atual política de austeridade. Eis como José Soeiro, Miguel Cardina e Nuno Serra apresentam o livro *Não Acredite em Tudo o que Pensa. Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade*, que acabam de lançar. Moveu-os a vontade

de combater teses "repetidas pelo discurso político", "reproduzidas nas conversas de autocarro" e "reforçadas pelas histórias de alguma comunicação social".

*Temos vivido acima das nossas possibilidades. Temos de pagar a dívida. O desemprego é uma oportunidade. Há professores a mais e alunos a menos. A Cultura pode viver do mercado e Isto não vai lá com manifestações* são alguns desses "mitos", tratados por 18 autores para quem investigação e política andam de mãos dadas: Ana Cordeiro Santos, Ricardo Sequeiros Coelho, José Castro Caldas, Mariana Mortágua, Elisio Estanque, Francisco Louça, Luís Fernandes, António Rodrigues, Sílvia Ferreira, Paulo Pedroso, Catarina Martins, Manuel Jacinto Sarmiento, Fernando Rosas, Maria José Casa-Nova, Manuel Loff, e

os três coordenadores, todos investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Ao JL, Miguel Cardina, 35, pós-doutorando no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e autor de, entre outras obras, *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal 1964-1974* (Tinta-da-China, 2011), propõe outra forma de pensar a crise.

**JL: Como chegaram a estes 18 "mitos" da austeridade?**

Miguel Cardina: Há cerca de dois anos, começámos a organizar as 'Conversas do Senso Comum', no âmbito da Associação Cultra, de que fazemos os três parte. Convidávamos duas personalidades a apresentar a sua perspetiva, de forma crítica e fundamentada, sobre determinadas

questões relacionadas com a austeridade, que nos interessava desmontar. E pareceu-nos interessante 'exportar' esse modelo para livro.

**Com que intuito?**

Em primeiro lugar, para questionar uma série de ideias feitas que circulam na boca dos governantes, nas conversas de café, nos media, e que formam a manta ideológica que sustenta as políticas de austeridade e o processo de empobrecimento em curso. Depois, quisemos fazer um trabalho de esclarecimento. Traduzir para o cidadão comum reflexões que, geralmente, são feitas em sede académica e que permanecem numba espécie de gueto. Usando uma linguagem simples, mas sem simplificar.

**No seu entender, o que está por**

**de trás dessas "ideias feitas"?**

Um processo político que podemos descrever como neoliberal, com alguns traços de neconservadorismo. Uma ideologia que visa inculcar a competitividade na sociedade; baixar o valor do trabalho, etc., e que, para isso, constrói todo um discurso em que o pagamento integral da dívida é visto como inevitável; o desemprego como uma oportunidade, etc. Há todo um discurso que visa justificar uma política e nós quisemos revelar aquilo que as palavras escondem.

**E o que escondem as palavras?**

Quando dizemos que o desemprego é uma oportunidade, estamos a tentar pintar com umas tintas de esperança uma realidade muito negra. Ou quando chamamos 'ajuda' ao empréstimo da troika, que é pago a taxas de juro

## A força das palavras e os limites da ideologia

José Manuel Mendes

■ Nenhuma ideologia se perpetua sem se ancorar em palavras, em conceitos e em práticas que sejam aceites como naturais na tessitura quotidiana das interações e na vida das instituições. Especial relevo assumem as gramáticas hegemónicas baseadas na lógica mercantil que marcam e delimitam os espaços públicos construídos pelos meios de comunicação social de massa. Como já tinha constatado Laurent Thévenot, a partir de uma análise comparativa que realizou sobre a construção do espaço europeu,

não existe um vocabulário cívico consistente e sustentado que possa ser utilizado como recurso discursivo para contrapor à hegemonia atual da linguagem mercantil.

Só a construção de um espaço público oposicionista, recorrendo aos meios de comunicação alternativos ou convencionais, veiculadores de temáticas transgressoras e de experiências singulares, poderá criar gramáticas alternativas ao neoliberalismo e um vocabulário cívico crítico e emancipador. O livro *Não acredite em tudo o que pensa*, coordenado por José Soeiro, Miguel Cardina e

Nuno Serra, é um contributo inestimável para a desconstrução da gramática hegemónica que domina Portugal após a crise de 2008 e a intervenção subsequente da chamada troika. Os autores dos capítulos curtos, mas incisivos, que constituem esta obra, interpelam diretamente todos os conceitos e as frases feitas que procuram legitimar a desvalorização selvática do trabalho, o desmantelamento do Estado social e a impunidade do capital nas suas várias vertentes.

Embora com contributos desiguais, o que sempre acontece num livro coletivo constituído

por 18 capítulos, a procura de argumentos alternativos, a sua explicitação e demonstração são sempre feitas a partir das estatísticas oficiais e dos dados ou conhecimentos disponíveis no mundo académico ou em instituições de referência como o EUROSTAT ou o INE. E os argumentos apresentados são claros e rigorosos, sem simplismos ou artifícios retóricos.

Fundamental para a compreensão da situação económica, financeira e política em que se encontra Portugal neste ano de 2013, há, contudo, alguns reparos a fazer à obra em apreciação. No afã de desconstruírem a retórica oficial e dominante, os autores acabaram por analisar os temas e as lógicas argumentativas mais evidentes e que são veiculadas pela comunicação social. Mas, porque não perguntar se não será melhor para Portugal sair da União Europeia? Ou, no mínimo,

analisar quais os impactos de uma saída de Portugal da zona euro, e se os vaticínios mais catastrofistas sobre este cenário serão mesmo os mais correctos. Ou perguntar que efeito tem nos portugueses e na sua imagem coletiva o fim da Europa como imaginação do centro, e a remissão do país para o seu papel como país semi-periférico e sem relevância nas instâncias internacionais? Por último, ao pressuporem que o senso comum assenta em mitos, quais as verdadeiras competências que atribuem aos cidadãos e cidadãs que vivem e labutam em Portugal?

Com uma certeza ficamos depois de ler o livro: há alternativas e pessoas capazes de demonstrarem a viabilidade dessas alternativas. ■

\* O autor é prof. da Fac. de Economia da Un. de Coimbra e investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da mesma universidade



# “Mitos” da austeridade

❖ Dividido em quatro capítulos, *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade* pretende “desmontar” o discurso vigente. Eis dois exemplos.

## “Temos vivido acima das nossas possibilidades?”

Segundo Ana Cordeiro Santos, esta ideia é falsa, porque ignora que o endividamento das famílias é um fenómeno que atravessa as economias capitalistas mais avançadas. No contexto da UE, não são os países do sul os que se encontram mais endividados, mas os do centro e norte: Dinamarca, Holanda, Irlanda, Noruega, Suíça, Suécia e Reino Unido (de acordo com dados do Eurostat, sobre o endividamento das famílias em 2010). Para a autora, a evolução da dívida das famílias portuguesas - que cresceu de forma acentuada ao longo das duas últimas décadas - resulta de “uma política europeia de liberalização dos mercados monetários e financeiros nacionais, com vista à criação de uma união monetária entre países muito diferentes, da qual Portugal fez parte desde o início e que tornou o crédito mais acessível”.

A investigadora defende que tão-pouco é verdade que a maioria dos portugueses se

endividou por adotar um estilo de vida consumista, argumentando que, em 2010, os empréstimos à habitação representavam cerca de 80 por cento do total da dívida das famílias (segundo dados do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística). Fruto de uma política habitacional pública, diz, que “se concentrou de forma quase exclusiva no apoio à compra de habitação própria, através de um sistema de crédito bonificado e de um conjunto de incentivos fiscais favoráveis”.

## “Baixar os salários é o caminho para salvar a economia?”

De acordo com Francisco Louçã, este princípio é um “embuste ideológico”, e obtém resultados contrários aos que anuncia. Segundo essa teoria, é necessário baixar os salários para diminuir o desemprego, pois a lógica é a de que há desemprego porque o mercado de trabalho é rígido, ou seja, os salários são demasiado altos e a esse preço não há novas ofertas de postos de trabalho. O economista e ex-coordenador do BE recorre ao gráfico da variação da taxa de desemprego e da parte do salário no rendimento nacional, entre 1999 e 2009 (fonte: Ameco), para “mostrar” que se há oito países que parecem confirmar tal teoria, são

16 os casos que a refutam.

Objeta ainda outra ideia subjacente à teoria da redução dos salários: a de que é necessário fazê-lo para melhorar a competitividade. “Dada a dependência das empresas portuguesas em relação a capitais alheios e o seu fraco nível de autofinanciamento com capitais próprios, as alterações do custo financeiro são evidentemente uma das principais razões para o agravamento das suas dificuldades”, afirma. E apresenta um gráfico, da sua autoria, que desenha o peso dos custos financeiros das mil maiores empresas comparados com os do trabalho. “Verifica-se que, em quatro setores de atividade (o primário, a alimentação, bebidas e tabaco, as telecomunicações e a distribuição de produtos industriais), os custos financeiros são superiores aos custos salariais. Trata-se de 203 entre as mil maiores empresas. Em quatro outros setores, com 274 empresas (o papel, produção e comercialização do automóvel, a construção e obras públicas e os transportes), estes custos financeiros estão entre 80 e 100 por cento da fatura do pessoal. E só em dois setores, com 80 empresas (o comércio de bens de consumo e a produção de materiais elétricos), este custo financeiro é inferior a metade do salarial”. “Por outras palavras, o problema de muitas das empresas na economia portuguesa é o juro, mais do que o salário”, defende. ■

substantivas. Quisemos mostrar a impropriedade e iniquidade destas expressões que estão na ordem do dia.

## Apontam também o dedo à comunicação social. Porquê?

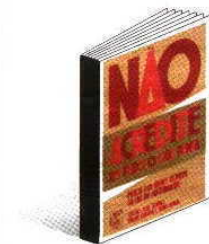
Não se podem fazer generalizações sobre realidades plurais. Estou a ser entrevistado por um jornal que tem um papel muito importante na difusão de uma certa visão da cultura, que não é a dominante. E o *Le Monde Diplomatique* tem tido, por exemplo, um papel muito importante na luta contra o pensamento único... Mas, no geral, o discurso que perpassa é muito pouco crítico em relação a estes mitos. Muito mais os veicula do que os questiona. Isso não é novidade, quando sabemos que os media estão nas mãos de grandes grupos económicos com fortes interesses na manutenção do *status quo*. Mas é importante frisar que existem sobretudo jornalistas que têm uma postura crítica, muitas vezes até contra as direções dos próprios locais de trabalho, e que são capazes de ir furando o discurso. Os media não são uma espécie de ventríloquo do poder, mas muitas vezes desempenham esse papel.

No prefácio, pode ler-se: “Importa todavia reconhecer que estas mesmas ideias têm um ponto fraco fundamental: em grande medida, a realidade desmente-as”. Há, neste livro, a ideia de uma ‘verdade’ revelada?”

Não. Este livro é uma espécie de manual de autodefesa intelectual. É uma expressão forte, mas dá conta daquilo que pretendemos: mostrar que as ‘verdades’ que nos são apresentadas como inevitáveis não o são, e muitas vezes são baseadas em premissas falsas. É preciso debatê-las.

Afirmam que “a rotura com o senso comum é o primeiro passo para a construção de um outro senso comum”, o que remete para a tese de Boaventura Sousa Santos, segundo a qual “todo o conhecimento científico visa constituir-se senso comum”. É uma referência?

Sem dúvida. Sou investigador e o Nuno Serra e o José Soeiro estudantes de doutoramento no CES. Aquilo que



► João Soeiro, Miguel Cardina e Nuno Serra (coord.)

**NÃO ACREDITE EM TUDO O QUE PENSA**

Ed. Tinta da China, 200 pp, 14 euros

tem sido a teoria crítica construída no CES é, para nós, uma referência, de que Boaventura é o expoente máximo. Quando dizemos que queremos um senso comum de outra natureza, revelamos a nossa vontade de entrar no confronto pela construção de realidades sociais, e de fugir à lógica da verdade e do erro. Queremos um senso comum igualitário, emancipatório, solidário. Nesse sentido, é um livro político porque toma partido. Porque toda a Ciência, do nosso ponto de vista, toma partido.

## É um livro assumidamente de esquerda.

Sim, o que não significa que seja uma visão manipulada. É um posicionamento político. Muitos dos livros sobre a crise veiculam a visão de direita. O que acontece é que a direita faz passar o seu posicionamento político por objetividade, neutralidade, inevitabilidade. Por exemplo, o discurso da direita sobre a dívida é fortemente ideológico. A dívida como dever moral, quando a História está cheia de exemplos de que não pagar a dívida foi muitas vezes um ‘imperativo nacional’. Acontece que a direita passa as suas convicções como inevitabilidades e não como ideologia. Em todo o caso, o que está em causa é a diferença entre objetividade e neutralidade. É possível fazer um discurso rigoroso, honesto, e, ao mesmo tempo, situado e político. ■